

### Ata nº 105 / XIII / 3.ª SL

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2017, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

#### Ordem do Dia:

#### 1. Informações gerais

#### 2. Apreciação e votação do Relatório do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 – Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática [[COM\(2017\)650](#)]

- **Deputada autora do relatório:** Lara Martinho - PS

#### 3. Apreciação e votação do Relatório do DOCUMENTO DE REFLEXÃO CONTROLAR A GLOBALIZAÇÃO – [COM \(2017\) 240](#)

- **Deputado autor do relatório:** Filipe Lobo d'Ávila - CDS-PP

#### 4. Outros assuntos.

---

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Vice-Presidente da Mesa, Deputado Carlos Gonçalves**, o qual deu as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes.

No primeiro ponto da ordem do dia, foram transmitidas as informações gerais aos Senhores Deputados, sendo elas:

- i. Tendo baixado à Comissão, em conexão com a 12.ª Comissão, o Projeto de Resolução n.º 1151/XIII/3 (PSD), que *Recomenda o alargamento do Programa de Ação Cultural Externa às Comunidades Portuguesas no Estrangeiro*, foi decidido pelos Senhores Deputados discutir o referido Projeto de Resolução em Plenário;

- ii. Foi apresentado um pedido de audiência da nova Direção da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses para apresentação de cumprimentos, tendo sido decidido pelos Senhores Deputados receber esta entidade numa reunião de Mesa e Coordenadores.

Foi pedida a palavra pelo Senhor Deputado Paulo Pisco (PS) para fazer referência à possível realização de uma reunião conjunta das 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Comissões, de audição dos Senhores Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, sobre a Cooperação Estruturada Permanente (CEP), a ter lugar no dia seguinte, e na qual o Senhor Deputado considerou importante a Comissão também participar. O **Senhor Vice-Presidente** esclareceu não existir ainda informação sobre a realização da referida reunião, pelo que quando existisse confirmação sobre a sua realização os Senhores Deputados seriam atempadamente notificados para dela participarem.

No segundo ponto da ordem do dia, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Lara Martinho** para fazer a apresentação Relatório do Programa de Trabalho da Comissão Europeia (PTCE) para 2018 – Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática - COM(2017)650.

A Senhora **Deputada Relatora** tomou a palavra, começando por explicar em que consiste o PTCE, mencionando tratar-se de um *exercício de sistematização e calendarização de propostas que são, previamente, anunciadas no discurso sobre o estado da União no Parlamento Europeu pelo Presidente da Comissão Europeia e, frisando que, em 2016 esse discurso foi marcado por uma grande preocupação quanto ao futuro do projeto europeu, com expressões como “crise existencial”, “falta de entendimento” ou “incapacidade para trabalhar em conjunto”, sendo em 2017 o tom claramente otimista, ambicioso e preconizando uma visão de longo prazo.*

Nessa medida, destacou que para 2018 existem **dois horizontes temporais, um de curto e médio prazo, consistindo o primeiro em propostas legislativas prioritárias que serão lançadas até maio de 2018**, e um segundo **orientado para um futuro a longo prazo, tendo como meta 2025**, que procure lançar iniciativas que “refletem o debate lançado pelo Livro Branco da Comissão sobre o Futuro da Europa e o Discurso sobre o Estado da União”.

Descreveu, em relação ao primeiro, existirem **10 prioridades** definidas pela Comissão Juncker no início do mandato, as quais se repercutem nas medidas propostas no PTCE para 2018. Destas, destacou as que revelam importância para o âmbito das atribuições desta Comissão, tais como as áreas da **Energia (n.º 3)**, do **Comércio (n.º 6)**, do **Espaço de Justiça e Direitos Fundamentais (n.º 7)**, da **Política de Migração (n.º 8)**, e do **Posicionamento Internacional da UE (n.º 9)**.

Continuou, fundamentando que, no âmbito da Energia, são de *particular importância as medidas que visem garantir a segurança energética da UE*. No âmbito da **política comercial europeia**, destacou *as negociações com o México e o Mercosul, a aprovação legislativa dos acordos com Japão, Singapura e Vietname, e o início das negociações com a Austrália e a Nova Zelândia*, assim como a *aprovação pelos legisladores das propostas para a modernização dos instrumentos de defesa comercial e sobre a monitorização do investimento direto estrangeiro na UE*.

Quanto às **políticas de justiça e direitos fundamentais**, destacou *as propostas no âmbito da União para a Segurança* e a necessidade de *os legisladores chegarem a acordo quanto à revisão do Código de Fronteiras Schengen*. No que respeita à **política de migração**, aguarda-se a *aprovação das propostas já lançadas para a reforma do sistema Dublin*, a execução do **Plano de Investimento Externo** cujo objetivo é apoiar investimentos na vizinhança europeia, em particular em África, a *revisão do Código de Vistos e a modernização do Sistema de Informação sobre Vistos*.

Sobre a **Política Externa da União**, destacou a relevância que a área da defesa tem vindo a adquirir, referindo a *implementação do Fundo Europeu de Defesa e do Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa*.

Em relação às **Iniciativas para 2025**, referiu ser de importância acompanhar o **alargamento do espaço Schengen à Bulgária, Roménia e Croácia**, assim como o *processo de alargamento à Sérvia e Montenegro e o alargamento das funções da Procuradoria Europeia de forma a incluir a luta contra o terrorismo*.

Por fim, sublinhou o impacto importante que a proposta de alteração do processo de decisão de **unanimidade no Conselho para decisões por maioria qualificada** terá

no sentido de tornar o processo de decisão mais eficiente, sendo uma das áreas abrangidas por esta proposta **a política externa**.

Afirmou ser sua opinião que, aproximando-se o fim do atual ciclo político europeu, o PTCE para 2018 parte de uma base mais otimista, concentrando-se no que é realmente importante e concretizável, apresentando uma visão de longo prazo *i.e.* até 2025. Nessa medida, o Presidente da Comissão Europeia, refere existir uma “*janela de oportunidade*” que deve ser aproveitada, sendo a conjuntura favorável, uma vez que se verifica o desemprego mais baixo dos últimos 9 anos, 8 milhões de empregos foram criados desde 2014, o 5º ano consecutivo de recuperação económica, um crescimento previsto de 2,2% na zona euro e investimentos de €225 mil milhões gerados pelo *Plano Juncker*.

Por outro lado, refere que o PTCE lança debates estruturais para a União pós-2025, nomeadamente a criação do cargo de um Ministro Europeu da Economia e das Finanças, uma Unidade Europeia de *Intelligence*, uma Procuradoria Europeia, uma União Europeia da Defesa e, particularmente importante para Portugal, o pacote de propostas para a reforma da zona Euro que se espera trazer maior convergência e mais estabilidade à zona Euro. A este propósito, expressou a sua congratulação pela recente eleição do Ministro das Finanças, Mário Centeno, para Presidente do Eurogrupo.

No âmbito das prioridades políticas do PTCE, o TTIP deixou de ser incluído, tal como deixou de ser feita qualquer referência às relações com os EUA, estando o acordo nuclear com o Irão referenciado como sinal de uma vitória do modelo europeu de atuação externa. Ocupar o vazio de poder deixado pelos EUA em geografias onde tradicionalmente têm preponderância parece ser uma estratégia a adotar pela União Europeia, sendo referido o aprofundamento da relação económica com os países da América Latina, em particular, com o Mercosul, estratégia esta que parece estender-se também à zona de influência do Reino Unido, com a referência à Austrália e Nova Zelândia.

Por fim, fez referência ao processo de decisão por maioria qualificada no Conselho, afirmando ser seu entendimento, dever a evolução desta proposta ser acompanhada, uma vez que, apesar de abrir espaço para decisões mais rápidas e eficazes, o fim das decisões por unanimidade pode trazer novas implicações para a política externa de Portugal.

Em conclusão, do PTCE, propôs as seguintes iniciativas serem alvo de acompanhamento e escrutínio da Comissão:

- Aplicação da Estratégia Global da UE;
- Cumprimento da Estratégia “Comércio para Todos”;
- Cumprimento da Agenda Europeia da Migração;
- Concluir a União da Segurança;
- Concluir a União da Energia;
- Maior eficiência e coerência na execução da Política Externa Comum;
- Perspetivas de alargamento credíveis;
- Alargamento das funções da nova Procuradoria Europeia.

Terminada a intervenção da Senhora **Deputada Relatora**, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, a qual cumprimentou a Senhora **Deputada Relatora** pela forma exemplar como sumariou o PTCE. Referiu que, no passado, se mostrou contrária à criação de uma Procuradoria Europeia por entender que esta subordina à sua esfera a PGR e constitui uma estrutura paralela ao *Eurojust*, o que levanta questões sobre a sua compatibilização face aos Tratados europeus. Por outro lado, sugeriu que fosse acrescentada à lista de temas a escrutinar pela Comissão, a questão dos Direitos Humanos.

Terminada a intervenção da Senhora Deputada foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Lobo D’Ávila (CDS)**, o qual concordou com o entendimento da Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz** e sublinhou o trabalho exemplar da Senhora **Deputada Relatora**, dada a complexidade que os PTCE têm vindo a assumir ao longo do tempo, tornando-os documentos cada vez mais ininteligíveis para os cidadãos em geral.

Terminada a intervenção do Senhor Deputado, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)**, o qual fez notar que a posição do seu Grupo Parlamentar não é de crítica ao Parecer apresentado mas sim de crítica ao PTCE, por considerar que o mesmo não dá resposta aos problemas prioritários sentidos pelos Povos da Europa. Lembrou estarmos perante um sistema económico capitalista estafado que agudiza

as dificuldades e agrava os problemas dos Estados-membros mais fracos, assim como, a perda de soberania.

Demonstrou a sua concordância com a posição manifestada pela Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz**, assim como enfatizou que as ambições da UE em alargar as suas competências são visíveis ao nível do armamento, aprofundamento do mercado único, esquecimento da coesão social e de apoio ao setores produtivos, de empobrecimento criado pelo cumprimento das diretrizes europeias sendo, nesse sentido, que o seu Grupo Parlamentar iria votar desfavoravelmente o Relatório apresentado.

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados, tomou a palavra a Senhora **Deputada Relatora** para agradecer os cumprimentos e a apreciação dos Senhores Deputados intervenientes.

O Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** pediu à Senhora **Deputada Relatora**, na qualidade de coordenador do seu Grupo Parlamentar, permissão para aditar às conclusões do Parecer as questões levantadas pela Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz** relativamente à **Procuradoria Europeia** e sobre os **Direitos Humanos**, tendo aquela anuído. Igualmente, tomou a palavra o Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)**, para pedir que este aditamento fosse sujeito a votação separada.

Por fim, o Senhor **Vice-Presidente da Mesa** pôs a votação o pedido do Grupo Parlamentar do PCP de que o aditamento às conclusões do Relatório fosse votado, separadamente, pedido esse que mereceu a concordância de todos os Grupos Parlamentares presentes. Em seguida, deu indicação aos Senhores Deputados para votarem o Relatório e o referido aditamento.

O Relatório foi aprovado com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PSD, PS e CDS.

O Grupo Parlamentar do PCP votou contra. O Grupo Parlamentar do BE esteve ausente.

Posteriormente, foi aprovado o aditamento às conclusões do Relatório, com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS e PCP. O Grupo Parlamentar do BE esteve ausente.

Dessa forma o elenco de iniciativas para acompanhamento e escrutínio, passou a ser o seguinte:

- Aplicação da Estratégia Global da UE;
- Cumprimento da Estratégia “Comércio para Todos”;
- Cumprimento da Agenda Europeia da Migração;
- Concluir a União da Segurança;
- Concluir a União da Energia;
- Maior eficiência e coerência na execução da Política Externa Comum;
- Perspetivas de alargamento credíveis;
- Alargamento das funções da nova Procuradoria Europeia, prováveis conflitos constitucionais com a sua implementação, para além da possível sobreposição com o Eurojust;
- Direitos Humanos.

No terceiro ponto da ordem do dia, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Lobo D’Ávila (CDS)**, para fazer a apresentação do Relatório do DOCUMENTO DE REFLEXÃO CONTROLAR A GLOBALIZAÇÃO – COM (2017) 240 [Documento de Reflexão].

O Senhor **Deputado Relator** tomou a palavra para referir, em primeiro lugar, que malgrado a vastidão do tema procurou apresentar um Relatório o mais completo possível e mostrou a sua discordância em relação ao título deste Documento de Reflexão, uma vez que, é seu entendimento que a Globalização não é passível de controlo.

Nessa medida, explicitou que este Documento de Reflexão é um dos relatórios suplementares apresentados no seguimento do lançamento do Livro Branco sobre o Futuro União Europeia. Dando nota da forma como está organizado referiu que, aquele faz, na introdução, uma resenha histórica do fenómeno da Globalização, prossequindo para o Capítulo II, onde é feita uma análise sobre as perspetivas futuras da Globalização.

Nesse âmbito, fez menção aos *principais setores afetados*, tais como, os *setores dos transportes, energia, agroalimentar, telecomunicações, distribuição, serviços financeiros, produção industrial e cuidados de saúde*, existindo *um aspeto transversal a todos eles que é a automatização ou digitalização da economia*, a qual torna os custos de mão-de-obra menos pertinentes e poderá agravar as disparidades no mercado laboral.

Fez notar outros aspetos, tais como: a mobilidade, impulsionada *por um crescimento súbito da população juvenil em África e num eventual aumento dos fluxos migratórios das regiões afetadas pela instabilidade e pela pressão das alterações climáticas*; a demografia, *perspetivando-se um decréscimo da quota-parte da Europa na população mundial*; e, no plano tecnológico, o *incremento das oportunidades transnacionais criadas pela tecnologia digital e comércio eletrónicos*, mesmo em relação às PME, e o *acesso ao conhecimento como fator impulsionador do trabalho à distância*.

Concomitantemente, fez menção ao alerta deixado pelo Documento de Reflexão, em relação, aos *resultados desastrosos económicos, sociais e políticos que podem resultar dos movimentos designados de “antiglobalização”, recorrendo ao exemplo histórico da Grande Depressão dos anos 30, que contribuiu para a eclosão da Segunda Guerra Mundial*, por um lado, e à *necessidade de adoção de soluções comuns*, que passem pelo reforço dos mecanismos de governação global e normas que atalhem os problemas suscitados pela economia global, as alterações climáticas ou a evasão fiscal, lembrando, a importância da *implementação de políticas internas que promovam a competitividade e resistência por forma a melhor gerir os efeitos da globalização*.

Em relação ao Capítulo III, referiu que o mesmo tem por objetivo apresentar as medidas que a UE se propõe adotar, no sentido de *conciliar os meios da globalização com os seus fins*, sendo frisado que as iniciativas apresentadas pela Comissão Europeia visam *sublinhar a vantagem da adoção de normas ou critério internacionais, num âmbito multilateral através da cooperação internacional, da diplomacia económica e dos instrumentos necessários para assegurar condições de concorrência equitativas*. De entre as várias medidas apresentadas, sublinhou a *Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento e o Plano de Investimento Externo*.



No Capítulo IV, explicitou que este tem por fim demonstrar qual deverá ser *a resposta interna da União Europeia*, nomeadamente, *reforçar a resiliência através de uma melhor partilha dos benefícios e da promoção da competitividade a longo prazo, assentando na coordenação estrita das políticas sociais dos Estados-membros*. Nesse âmbito, deu nota dos principais objetivos propostos pela Comissão Europeia, manifestando o seu ceticismo em relação aos mesmos, por considerá-los muito genéricos.

Na opinião do Senhor **Deputado Relator**, o Documento de Reflexão tem o mérito de *“pôr no papel” a necessidade de uma clarificação do interesse comum europeu, chamando à responsabilidade os Estados-membros para a necessidade de repensar e decidir o seu próprio futuro*. Isto porque, *no momento em que a Europa se encontra é preocupante o adiamento constante na resposta aos desafios exigentes e atuais que o projeto europeu enfrenta. De eleição em eleição a Europa assiste, em sobressalto, a cada momento eleitoral. E isso não só não é saudável como é indutor de uma enorme e perigosa turbulência, situação que, exige o “alinhar das expectativas com a realidade”, sendo nesse exercício de equilíbrio, entre as expectativas e a realidade, que as respostas políticas têm de ser encontradas*. Sublinhando, por fim, *que as virtudes singulares do modelo social europeu, não devem ser descuradas, devendo o mesmo ser atualizando e reformando, mas acima de tudo, defendido*.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado Relator**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)**, o qual congratulou o Senhor Deputado Relator pelo Parecer, referindo que o mesmo permite explicitar o Documento de Reflexão, sendo feito um diagnóstico e apresentadas soluções que levam o seu Grupo Parlamentar a comungar da opinião do Relator. A opinião é partilhada, em relação à necessidade de abertura ao comércio internacional, uma vez que, a mesma tem resultados positivos, uma vez que, as economias abertas têm menos desigualdades e permitem um maior desenvolvimento económico dos Estados. Fez referência ao medo que certos setores têm da Globalização, o que leva a manifestações lamentáveis contra a mesma na Europa e referiu que esta não deve incorrer no perigo do isolacionismo, dando como exemplo, as consequências da Grande Depressão. Sobre a governação global, sublinhou o facto de, o Documento de Reflexão fazer referência ao isolacionismo dos EUA e, a importância de o ensino ser gerador de oportunidades, assim como, da

promoção da inclusão social. Por fim, enfatizou a importância atribuída pelo seu Grupo Parlamentar à regulação em detrimento de uma Globalização selvagem e sem ética.

Terminada a intervenção do Senhor Deputado foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)**, para felicitar o Senhor Deputado Relator e sublinhar a ligação entre os dois Relatórios apresentados, os quais, no seu entender, dão pistas sobre qual deve ser a posição da União Europeia no mundo. Referiu também a importância da discussão sobre os Relatórios apresentados, pois abordam temas que condicionam o futuro coletivo. Manifestou a sua discordância em relação à opinião do Senhor Deputado Relator sobre a possibilidade de controlar a Globalização, entendendo que o Documento de Reflexão é um ponto de partida, não um documento acabado, sendo importante que a Europa conheça a Globalização e consiga controlar o seu rumo, ou seja, que haja regulação, e que este tema seja alvo de uma maior discussão.

Referiu que a evolução trazida pela ciência e tecnologia é mais rápida que a capacidade da política e do legislador de a acompanhar, existindo, por isso, um universo que é difícil acompanhar, materializado na inteligência artificial e na engenharia biológica mas, também, nos mercados financeiros e no dinheiro digital. Em suma, trata-se de um universo que deve ser alvo de controlo e ao qual deve ser dada uma estrutura, destacando os fatores negativos e positivos apontados no Relatório sobre o Documento de Reflexão, que o fazem ter uma visão menos otimista que aquela que foi apresentada pelo Senhor **Deputado Paulo Neves**. Nessa medida, entende, deve existir cautela, devendo os aspetos negativos, assim como o sentimento que os europeus têm de não conseguirem controlar a globalização, ser alvo de uma reflexão e discussão profundas. Saliu o facto de as instituições multilaterais se encontrarem desadequadas face à evolução que referiu, sendo a União Europeia um exemplo disso. Referiu também o desafio de inclusão, colocado pelos movimentos migratórios, o qual merece uma resposta adequada, para evitar fenómenos como o *Brexit*, sublinhando, nessa medida, como o Documento de Reflexão deve ser visto como um ponto de partida para uma reflexão aprofundada.

Terminada a intervenção do Senhor Deputado foi dada a palavra ao Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)**, o qual começou por cumprimentar e felicitar o Senhor Deputado Relator pelo Relatório apresentado, referindo considerar que o Documento de Reflexão, pela sua importância, merecia uma discussão política mais aprofundada, uma vez que,

a forma como é apresentada não é suficientemente balizada. No que respeita ao objetivo apresentado no título do Documento de Reflexão, entende que Globalização pode ser analisada do ponto de vista teórico desde Alexandre o Grande. Por contraponto, aquela pode também ser analisada do ponto de vista prático, no quadro do capitalismo, sobre a forma como cada polo imperialista se relaciona. Sublinhou que o Relatório menciona a disputa entre esses polos mas não refere os agentes que se aproveitam da Globalização, nomeadamente, os *BRIC*.

Continuou, referindo não existir conhecimento suficiente sobre a forma como a China utiliza as regras da Globalização a favor do seu desenvolvimento económico, dando como exemplo a cidade de *Shenzhen*, na província de Cantão, e a incubadora de empresas nela instalada, a qual tem permitido à China obter um desenvolvimento tecnológico imparável, o qual permite saltos de desenvolvimento inimagináveis, os quais o mundo ocidental não consegue acompanhar. Nesse sentido, critica que este ponto não seja analisado no Documento de Reflexão, referindo que, no âmbito da dimensão interna, a União Europeia deve decidir a melhor forma de se posicionar. Apontou também o facto de a perda de capacidade industrial na Europa, nomeadamente, pelo encerramento de fábricas, não ser alvo de qualquer menção no referido documento, para além de os objetivos propostos pela Comissão Europeia serem vagos e consubstanciados em boas intenções que passam ao lado de questões tão fundamentais, como a questão ambiental, entre outras. Terminou, sublinhando, que o seu Grupo Parlamentar não tem por objetivo controlar a Globalização capitalista.

Terminada a intervenção do Senhor Deputado foi dada a palavra à Senhora **Deputada Wanda Guimarães (PS)**, a qual congratulou o Senhor Deputado Relator pela qualidade e interesse do relatório, debruçando-se em seguida sobre o título do Documento de Reflexão. Referiu concordar, em certa medida, com a opinião expressa pelo Senhor Deputado Relator relativamente à questão do conceito “controlar a Globalização” mas acrescentou que o entendimento implícito desta expressão deve ser o do controlo dos aspetos negativos provocados por aquela e não o controlo do próprio processo de globalização, já que esta não é suscetível de controlo. Afirmou ter uma única discordância no exposto no relatório, relativamente à ideia de que “a globalização contribui para o reforço da estabilidade da democracia e da paz”, já que, lembrou, o mundo é hoje muito mais instável com o recrudescimento do terrorismo e da guerra. A Senhora Deputada referiu ainda subscrever o conteúdo do relatório, em particular o

reconhecimento de que é necessário um maior reforço dos direitos sociais e coletivos, bem como uma maior cooperação com os parceiros sociais ao nível europeu e nacional. Referiu concordar com o entendimento expresso sobre a necessidade de defender o modelo social europeu.

Terminada a intervenção da Senhora Deputada foi dada a palavra à Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, a qual deu os parabéns ao Senhor Deputado Relator pelo Relatório apresentado. Sublinhou o facto de não saber o que é uma Globalização capitalista e não capitalista e de defender, desde 2001, que a Globalização desregulada conduz a um empobrecimento *balancial*, uma vez que, alguns ganham mas outros perdem. Nesse sentido, é favorável a uma Globalização muito regulada e considera que os EUA não têm demonstrado a capacidade de se defenderem melhor do que a Europa nesta matéria, dando como exemplo, as taxas alfandegárias. Nessa medida, concorda com a opinião manifestada pelo Senhor Deputado Relator mas deixa reservas sobre as virtualidades que nele são expressas sobre a Globalização.

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados, tomou a palavra o Senhor **Deputado Relator** para demonstrar o seu agrado, pela forma vibrante como o debate decorreu. Referiu partilhar das considerações do Senhor **Deputado Paulo Neves** e agradeceu as felicitações e questões levantadas pelos Senhores **Deputados Paulo Pisco e Wanda Guimarães**. Mencionou que as palavras têm peso, devendo ser bem escolhidas, uma vez que, existe um medo instalado na abordagem ao tema da Globalização, sobretudo por parte de instituições que estão cristalizadas e que, como tal, não conseguem acompanhar a sua evolução.

Não obstante, entende que esta permite a aproximação dos Povos e que, nos vários momentos da história em que existiu uma maior interação comercial, foi possível alcançar épocas de paz, prosperidade e de maior conhecimento mútuo.

Finalizando, enfatizou o entendimento do seu Grupo Parlamentar de que a Globalização não pode ser controlada e de que não sabe se Globalização é capitalista ou não. Não obstante, concorda que se virmos o mundo através de polos, é manifesto que a Europa está a perder a sua influência no mundo e, de que os Estados atuam de uma forma cada vez mais desenraizada. Nessa medida, concluiu, dizendo que a Globalização faz desvanecer as catalogações e esses polos porque vivemos num mundo onde nos relacionamos de uma forma cada vez mais aberta.

O Senhor **Vice-Presidente da Mesa** agradeceu as intervenções dos Senhores Deputados e pôs a votação o Relatório apresentado.

O Relatório foi aprovado com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PSD, PS e CDS. O Grupo Parlamentar do PCP votou contra. O Grupo Parlamentar do BE esteve ausente.

Por fim, o Senhor **Vice-Presidente da Mesa** tomou a palavra para felicitar os Senhores Deputados Relatores pela qualidade dos Relatórios apresentados e, pelo facto de, os mesmos terem fomentado um debate interessante, demonstrando que esta Comissão deve ser o palco para debater os temas neles referidos.

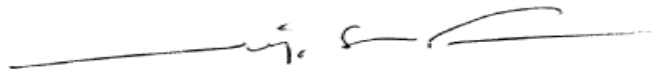
Inexistindo outras questões a abordar pelos Senhores Deputados, foi terminada a ordem do dia.

A presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo áudio ser consultado [aqui](#).

A reunião foi encerrada pelas 17 horas e 35 minutos, sendo dela lavrada a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de janeiro de 2018,

**O Presidente da Comissão,**



**(Sérgio Sousa Pinto)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
Ângela Guerra  
Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Filipe Lobo D' Ávila  
Isabel Santos  
Joana Lima  
João Oliveira  
José Cesário  
Lara Martinho  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Rui Silva  
Berta Cabral  
Fernando Jesus  
Maria Augusta Santos  
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Manuel Rola  
Nuno Magalhães  
Porfírio Silva  
Ricardo Baptista Leite

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões  
Gabriela Canavilhas  
Sérgio Azevedo  
Sérgio Sousa Pinto

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 20 de janeiro de 2018.**